

Relatório sobre os Impactos do Covid-19 | 2020

Associação de Reguladores de Energia dos Países de
Língua Oficial Portuguesa

junho de 2021

Ficha Técnica

Título

Relatório sobre os Impactos do COVID-19

Coordenação

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)

Edição

Dra. Irama Zamora (*Junior Consultant / Analyst*)

Revisão

Secretariado Permanente da RELOP – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE): Dra. Catarina Santos; Dra. Filipa Santos; Dra. Natalie McCoy

Suporte técnico

Questionário às entidades da RELOP, dividido em seis áreas temáticas: Medidas globais (adotadas pelo regulador e pelo governo); Consumidores; Fornecedores e empresas do setor energético; Medidas por setor (eletricidade, gás, combustíveis e outro); Impactos no setor energético (eletricidade, gás e combustíveis) e Reflexão. O questionário inclui questões abertas, de escolha múltipla e questões fechadas, recolhendo dados quantitativos e qualitativos.

Suporte metodológico

O relatório tem por base um questionário abrangente circulado e preenchido por todos os membros da RELOP. Os resultados obtidos foram analisados e compilados no presente relatório, através da identificação de tendências e correlações, procurando delinear um quadro global da regulação energética no ano de 2020. Foram ainda utilizadas fontes e referências externas devidamente identificadas.



Resumo

Este relatório visa analisar os impactos da pandemia COVID-19 no setor energético dos países representados na Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa (RELOP) – Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Com base nas respostas a um questionário exaustivo, o relatório visa traçar um quadro geral da resposta governamental e regulatória à situação de crise de saúde mundial e aos seus efeitos nos mercados energéticos.

Todos os membros indicaram uma queda do consumo e dos preços da energia durante o ano de 2020, incluindo o setor da eletricidade, gás e combustíveis. Os três principais vetores que orientaram a resposta regulatória foram a proteção dos consumidores, a estabilização do setor e a segurança do abastecimento. Para proteger os consumidores, os reguladores implementaram medidas como a proibição do corte de abastecimento por incumprimento no pagamento de faturas, bem como a aplicação de moratórias e planos de pagamento fracionados. De forma a assegurar a estabilidade do setor, foram concedidas, inclusive, moratórias aos operadores de rede e outros intervenientes do setor, a par da flexibilização das obrigações regulatórias e da aplicação de pacotes de apoio financeiro. Como principal conclusão destaca-se a resiliência do setor energético durante a pandemia, apesar do forte impacto.

Abstract

This study focuses on the impact of COVID-19 in the energy sector of six Portuguese-speaking countries, (Angola, Brazil, Cape Verde, Mozambique, Portugal and Sao Tome and Principe) represented in the Association of Portuguese Speaking Energy Regulatory Entities (RELOP). Based on the responses to a comprehensive questionnaire, the study analyses governmental and regulatory responses to the pandemic, outlining an overview of its effects on energy markets.

All members indicated a decrease in consumption and energy prices, in electricity, gas and fuels during 2020. The regulatory response focussed three main areas, namely, consumer protection, stabilisation of the sector and security of supply. To protect consumers, regulators implemented measures such as banning disconnections due to unpaid bills and the staggering or deferral of energy bill payments. To ensure the stabilisation of the sector, moratoriums were also applied for network operators and suppliers, coupled with the flexibilisation of regulatory reporting and the application of public financial aid packages. A notable conclusion of this study is the resilience of the energy sector throughout the pandemic.



Lista de siglas e abreviaturas

ABSOLAR (Associação Brasileira de Energia Solar)
AEB (Empresa de Águas e Energia da Boa Vista)
AGER (Autoridade Geral de Regulação)
AIE (Agência Internacional de Energia)
ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica)
ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis)
ANPG (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis)
ANP-STP (Agência Nacional do Petróleo de São Tomé e Príncipe)
ARENE (Autoridade Reguladora de Energia)
ARME (Agência Reguladora Multisectorial da Economia)
B/d (barris por dia)
BNI (Banco Nacional de Investimento)
BTE (Baixa Tensão Especial)
EUA (Estados Unidos da América)
CEA (Câmara de Energia Africana)
COVID (*Corona Virus Disease*)
CPP (Contratos de Partilha de Produção)
CUR (Comercializadores de Último Recurso)
DNICE (Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia)
EDM (Eletricidade de Moçambique, E.P)
ENSE (Entidade Nacional para o Setor Energético)
ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)
FMI (Fundo Monetário Internacional)
GNL (Gás Natural Liquefeito)
GPL (Gás de Petróleo Liquefeito)
IMB (*International Maritime Bureau*)
INP (Instituto Nacional do Petróleo)
IRDP (Instituto Regulador dos Derivados de Petróleo)
IRSEA (Instituto Regulador dos Serviços de Eletricidade e de Água)
MT (Média Tensão)
OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)
OMS (Organização Mundial de Saúde)
OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo)
PIB (Produto Interno Bruto)
PRONAMPE (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)
RELOP (Associação de Reguladores dos Países de Língua Oficial Portuguesa)
SARS-COV-2 – (*Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2*)
WTI (*West Texas Intermediate*)



Índice

Objetivos e conteúdos	7
Introdução.....	8
1. Enquadramento global.....	9
2. Medidas globais adotadas nos países da RELOP	15
2.1 Agentes, intervenientes e consumidores do setor energético.....	19
a) Riscos e medidas de apoio aos consumidores.....	19
b) Estabilizar o setor e mitigar os riscos para os intervenientes.....	21
b.1) Eletricidade e gás	22
b.2) Combustíveis.....	24
3. Impactos no setor energético.....	27
c) Eletricidade, Gás e Combustíveis.....	28
d) Segurança do abastecimento e investimento em energias renováveis.....	31
4. Reflexão: regulação energética em tempos de pandemia.....	34
Conclusão.....	36
Referências	38
Anexos	41



Índice de ilustrações

Gráficos

Gráfico 1 – Número de doses de vacina adquiridas pela classificação de rendimento por país	10
Gráfico 2- Distribuição geográfico dos óbitos e casos confirmados.....	10
Gráfico 3 – Casos e óbitos confirmados nos países da RELOP.....	11
Gráfico 4 – Investimento global (mil milhões de USD)	12
Gráfico 5 – Preços do petróleo por mês (USD), 2020	12
Gráfico 6 – Medidas governamentais adotadas nos países da RELOP (2º semestre de 2020)	16
Gráfico 7 – Medidas adotadas pelo governo (2º semestre de 2020).....	18
Gráfico 8 – Medidas adotadas pelo regulador (2º semestre de 2020).....	18
Gráfico 9 – Principais riscos para os consumidores	19
Gráfico 10 – Medidas específicas adotadas pelo regulador para os consumidores (2º semestre de 2020).....	20
Gráfico 11 – Impactos para os fornecedores e empresas do setor energético.....	22
Gráfico 12 – Principais impactos para os operadores de rede (eletricidade e gás)	24
Gráfico 13 – Principais impactos para os agentes do setor dos combustíveis	25
Gráfico 14 – Medidas adotadas pelo regulador para estabilizar o setor dos combustíveis.....	26
Gráfico 15 – Setores regulados pelas 12 entidades da RELOP	28
Gráfico 16 – Impactos no setor da eletricidade	28
Gráfico 17 – Impactos no setor dos combustíveis.....	30
Gráfico 18 – Níveis de confiança nas principais vacinas contra a COVID-19.....	33
Gráfico 19 – Principais desafios para a regulação energética perante a pandemia COVID-19.....	34
Gráfico 20 – Influência do teletrabalho no exercício da regulação	35
Gráfico 21 – Prioridades da inovação pós-COVID no setor energético	35

Tabelas

Tabela 1 – Queda do PIB em 2020.....	14
Tabela 2 – Síntese das medidas adotadas pelos reguladores (2020).....	27



Objetivos e conteúdos

O objetivo do presente relatório passa por analisar o impacto da pandemia COVID-19 no setor energético durante o ano de 2020 e as medidas adotadas pelos reguladores da Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa (RELOP). Foca-se sobretudo nas medidas adotadas pelos reguladores no segundo semestre de 2020, na sequência de publicação de estudo anterior em novembro de 2020. Para mais detalhes sobre a resposta regulatória no primeiro semestre, consulte o estudo [aqui](#).

O relatório encontra-se dividido em quatro partes: enquadramento global, medidas adotadas nos países da RELOP, impactos no setor energético e reflexão – regulação energética em tempos de pandemia. Inicia-se com a análise do panorama geral da pandemia a nível mundial e dos seus efeitos no setor energético. Nesta secção examinam-se aspetos como a distribuição geográfica dos casos confirmados de infeção por COVID-19, o investimento no setor energético, a eficiência energética e os impactos no setor da eletricidade, gás e combustíveis.

A segunda secção foca-se sobretudo nas medidas adotadas pelos reguladores no segundo semestre de 2020, traçando um quadro geral da atuação das entidades e dos governos dos países da RELOP no combate à pandemia. Segue-se uma esquematização das medidas adotadas pelo regulador e governos nacionais especificamente para o setor energético, incluindo consumidores, cadeia de agentes e intervenientes dos subsectores da eletricidade, gás e combustíveis (comercializadores, operadores de rede, produtores, distribuidores, transportadores, etc.)

A terceira secção examina os impactos da pandemia no setor energético em termos da procura, investimento, segurança do abastecimento, preços/tarifas praticadas, distúrbios na cadeia de valores, atividade dos setores, bem como da transição energética e do investimento em energias renováveis.

Por fim, é elaborada uma reflexão sobre a resposta dos membros da RELOP à crise de saúde mundial, através da análise das principais lições, boas práticas, atividades e decisões regulatórias, bem como dos desafios colocados ao normal funcionamento do marco regulatório.



Introdução

A Associação de Reguladores de Energia dos Países de Língua Oficial Portuguesa (RELOP) é uma associação internacional pautada pela cooperação entre reguladores de países lusófonos – contando com membros de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe - na regulação do setor energético. Assente numa base de cooperação, partilha de conhecimentos e experiências, investigação e diálogo, procura promover o aperfeiçoamento mútuo do marco regulatório dos seus membros, através da realização de estudos, ações de formação e seminários.

O ano de 2020 foi marcado por uma crise de saúde à escala mundial, provocada pelo vírus SARS-Cov-2, cujos efeitos se repercutiram severamente sobre a economia global. Como pilar fundamental do funcionamento da economia e da sociedade, assegurar a resiliência do setor energético tornou-se a prioridade dos reguladores membros da RELOP, procurando garantir a segurança do abastecimento, a proteção dos consumidores e a estabilidade do setor.

Em novembro de 2020, a RELOP publicou a primeira edição do [Estudo Relativo aos Impactos do COVID-19](#), focada na análise das medidas adotadas nos países que integram a associação, durante a primeira vaga da pandemia. Mediante o rápido e repentino efeito da pandemia na economia e no setor energético, os reguladores viram-se impelidos a implementar soluções imediatas, a curto-prazo. Impedidos da realização dos processos padronizados de regulamentação e dos respetivos períodos de reflexão, as medidas efetivadas caracterizaram-se, necessariamente, por alterações à atividade nos setores regulados, que evidenciaram, num primeiro momento, a priorização da segurança dos consumidores e dos agentes do setor, em detrimento do normal funcionamento económico.

No seguimento da primeira edição, este relatório analisa sobretudo as medidas adotadas durante o segundo semestre de 2020, procurando, em paralelo, sintetizar as medidas adotadas na primeira metade do ano. Delineando um quadro global da resposta regulatória e governamental, esta segunda edição examina as repercussões da pandemia COVID-19 para a regulação do setor energético.



1. Enquadramento global

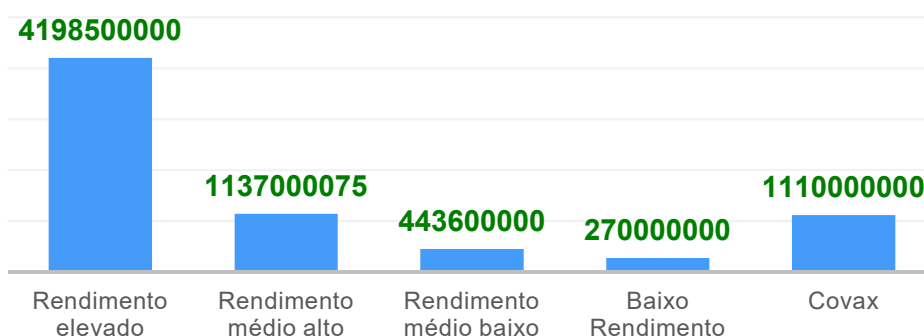
A 30 de Janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o Estado de Emergência Global no seguimento do surto de COVID-19, cujo primeiro caso se detetou na cidade de Wuhan (China) em dezembro de 2019. O vírus alastrou-se, rapidamente, por todo o globo, sendo que à data de 31 de dezembro de 2020, somavam-se mais de 83,52 milhões de casos confirmados de infeção por SARS-Cov-2 (*Johns Hopkins Coronavirus Research Center*) e 1,82 milhões de mortes, indicando uma taxa de mortalidade de 2,18% aproximadamente, a nível mundial. O número de casos e de mortes poderá ainda ser bastante superior aos dados oficiais.

Após a primeira vaga da pandemia, alguns países aligeiraram as medidas restritivas, aliadas a uma retoma relativa da atividade económica, seguindo-se, na maioria dos casos, uma segunda vaga, frequentemente mais letal e com maior número de contágios que a anterior. Enquanto a comunidade científica, se lançou no estudo e desenvolvimento de mais de 200 alternativas de vacinas – com destaque para as opções desenvolvidas pela *Biontech Pfizer*, *Astrazeneca*, *Moderna*, *Sinovac*, *Gamaleya*, *Novavax*, *CanSino*, *Janssen (J&J)*, *Sanofi-GSK*, *CureVac* entre outras - por todo o mundo surgem novas mutações do vírus SARS-Cov-2. As principais novas variantes, à data de redação, correspondem à estirpe inicialmente detetada no Reino Unido (VUI-202012/01), na África do Sul (501.V2) e ainda no Brasil (B.1.1.28). Estas foram acompanhadas por um crescimento exponencial dos casos confirmados e óbitos registados a nível mundial, no final de 2020 e início de 2021.

No contexto internacional, o processo de aquisição da vacina decorre a várias velocidades em função da compra e seleção da mesma pelas autoridades nacionais e das quantidades importadas. Refira-se que 10 das 12 entidades membro da RELOP indicaram a existência de um plano de aquisição de vacinas no seu contexto nacional. O Gráfico 1 indica o número de doses adquiridas em função do nível de rendimento dos países. Inclui também referência ao número de vacinas adquiridas através da organização COVAX, dedicada ao alargamento do acesso às vacinas e à distribuição equitativa do acesso às mesmas.



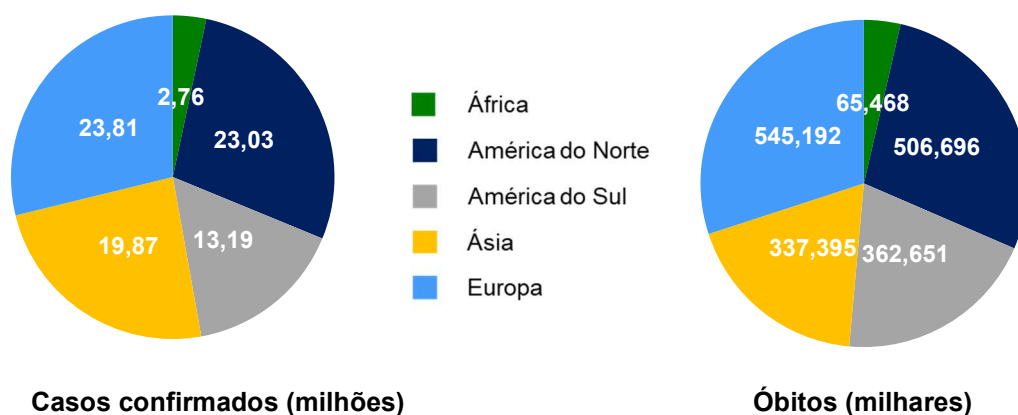
Gráfico 1 – Número de doses de vacina adquiridas pela classificação de rendimento por país



Fonte: *Global Health Innovation Center, Duke University*. (Os dados facultados correspondem ao mês de maio de 2021, data de redação)

No painel epidemiológico internacional, a América do Norte e a Europa concentram o maior número de casos confirmados e de óbitos. O Gráfico 2 ilustra a distribuição viral geográfica do vírus à data de 31 de dezembro de 2020 e o total de óbitos confirmados por continente. O Gráfico 3 indica o cenário epidemiológico nos países da RELOP à mesma data.

Gráfico 2- Distribuição geográfica dos óbitos e casos confirmados



Fonte: *University of Oxford, Our World in Data*



Gráfico 3 – Casos e óbitos confirmados nos países da RELOP



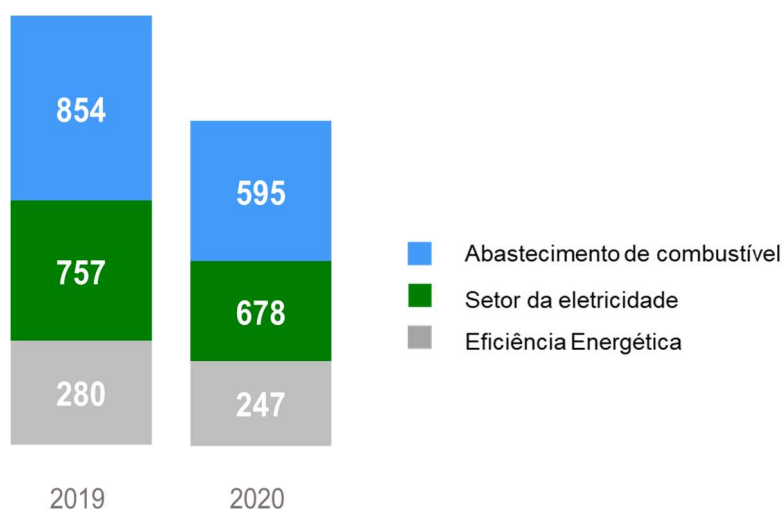
Fonte: *University of Oxford, Our World in Data; World Health Organisation COVID-19 Explorer; Trading View, Coronavirus (COVID-19) gráficos e estatísticas*

Na sequência das medidas restritivas adotadas pelas autoridades nacionais por todo o globo, vários setores da economia foram gravemente afetados pelas restrições de circulação e suspensão da atividade económica.

Os mercados energéticos foram particularmente impactados pela queda abrupta da procura global de energia, na ordem dos 5%, e pela consequente queda de investimento, na ordem dos 18%, consoante as estimativas da Agência Internacional de Energia (AIE). No continente africano, prevê-se uma queda do investimento na ordem dos 30 mil milhões de dólares, consoante as projeções da Câmara de Energia Africana (CEA).



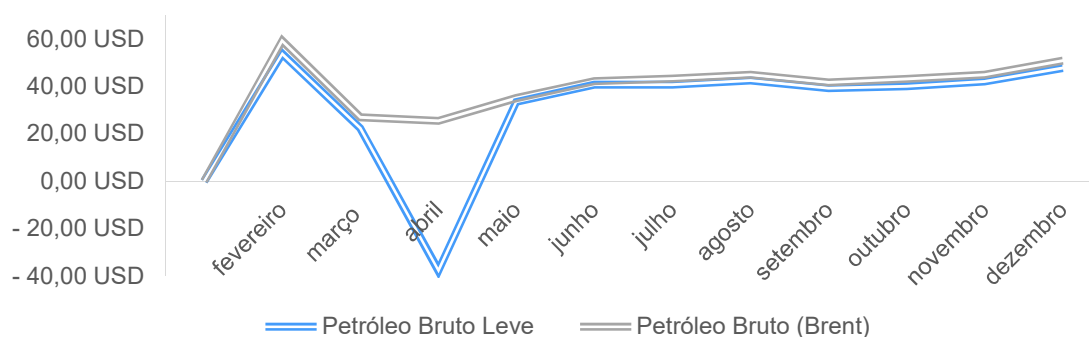
Gráfico 4 – Investimento global (mil milhões de USD)



Fonte: *World Energy Investment 2020, Agência Internacional de Energia (AIE)*

O impacto da queda da procura foi significativamente mais acentuado no caso dos combustíveis, em particular do carvão e do petróleo, cuja procura sofreu um decréscimo na ordem dos 7% e 8%, respetivamente (AIE, 2020). A diminuição da procura de petróleo repercutiu-se na flutuação acentuada dos preços nos mercados internacionais, comprometendo a capacidade de armazenamento. Em abril de 2020, o preço do petróleo assumiu valores sem precedentes históricos, tendo caído para valores negativos (-37, 63\$). Foi necessária a intervenção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que em maio de 2020 acordou reduzir a produção de petróleo no equivalente a 9,7 milhões de barris por dia (B/d).

Gráfico 5 – Preços do petróleo por mês (USD), 2020



Fonte: *Rigzone, 2020*. O gráfico tem em conta valores entre dia 19 e 21 de cada mês.



Um dos setores mais direta e severamente afetados foi o setor dos transportes, em particular, o setor da aviação. Segundo as estimativas da AIE, a queda do consumo no setor dos transportes para o ano de 2020 situa-se na ordem dos 11%. Consoante a Agência de Informação de Energia dos Estados Unidos da América, o *jet fuel*/querosene de aviação sofreu uma queda de 42% da procura, tendo em conta apenas a realidade nos EUA. A nível global, o consumo de *jet fuel*, em função dos voos comerciais, sofreu a queda mais acentuada em março e abril de 2020, correspondendo a uma diminuição de 2,4 milhões B/d, com um incremento de 0,1 milhões B/d observado em maio do mesmo ano. A tendência reflete também a realidade nos países da RELOP. A título ilustrativo, refira-se que a transportadora aérea nacional portuguesa *TAP Air Portugal* sofreu um prejuízo na ordem dos €700,6 milhões até ao final de setembro de 2020.

Além dos efeitos imediatos na economia real dos países, as alterações do preço do petróleo nos mercados internacionais afetaram a esfera financeira, sendo que o dia 20 de abril de 2020 representou uma queda de 300% no valor do preço dos futuros de petróleo bruto no mercado *West Texas Intermediate (WTI)*¹.

A relação simbiótica entre a economia real e os mercados financeiros levam a que estas oscilações exacerbem mutuamente os seus efeitos nas duas esferas. O Fundo Monetário Internacional (FMI) projetava em outubro de 2020, uma contração da economia mundial na ordem dos 4,4%, com um crescimento estimado de apenas 2,4% pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). No caso dos países produtores de petróleo este efeito é ainda mais severo, principalmente em países caracterizados por balanças comerciais muito dependentes da exportação de petróleo. A título de exemplo, refira-se o caso Angolano, que sofreu uma queda de 8,8% do PIB², em julho de 2020, em função da queda acentuada das exportações e preços do petróleo. Consoante os dados do Banco Mundial a queda do PIB, na globalidade do ano, foi de 7,4% na Zona Euro, seguida da América Latina e Caribe com 6,9% e 3,7% na África Subariana.

¹ (Peng, et al., 2020) *Dynamic Characteristics of Crude Oil Price Fluctuation—From the Perspective of Crude Oil Price Influence Mechanism*

² *Trading Economics*: <https://pt.tradingeconomics.com/angola/gdp-growth-annual>



Tabela 1 – Queda do PIB em 2020

Mundo	- 4,3%
Zona Euro	- 7,4%
América Latina e Caribe	- 6,9%
Brasil	- 4,5%
África Subsariana	- 3,7 %
Angola	- 2,0 %

No entanto, os mercados energéticos reagiram positivamente às notícias de desenvolvimento de vacinas, que aliadas ao adiamento do aumento da produção de petróleo pelos países da OPEP para fevereiro de 2021, refletiram-se no aumento do preço do barril de petróleo bruto. No Brasil, o setor da energia solar reagiu de forma particularmente positiva a estes desenvolvimentos, tendo sido marcado pelo aumento da capacidade instalada na ordem dos 2,9 Gw com projeções de investimento na ordem dos R\$17,2 mil milhões³ para 2021 consoante a Associação Brasileira de energia (ABSOLAR 2020).

Os setores mais resilientes às medidas restritivas, no panorama global, foram o setor da eletricidade, com uma queda global da procura estimada nos 2% por ano e o gás natural, com uma descida estimada na ordem dos 3% por ano (AIE,2020). Ainda que a queda no consumo de energia elétrica tenha atingido valores na ordem dos 20% em países que implementaram o confinamento generalizado, a resiliência do setor da eletricidade deveu-se sobretudo à utilização de energias renováveis, cuja procura, em forte contraste a outros setores, foi objeto de um aumento de 1% por ano (valor absoluto) e 7% (valor relativo) em relação à diminuição da procura (AIE, 2020). Em Cabo Verde, a resiliência das energias renováveis foi utilizada pelo governo para a redução da dependência energética, garantindo a segurança do abastecimento através da priorização das energias renováveis na produção, transporte e distribuição de eletricidade. Apesar do cenário económico adverso, no período compreendido entre janeiro e outubro de 2020, a capacidade renovável leiloadada a nível global aumentou em 15% quando comparado ao período homólogo de 2019.

No que concerne à transição e eficiência energética, as medidas restritivas contribuíram para uma diminuição significativa das emissões de CO2 e gases com efeito de estufa, estimada em 2,4 giga toneladas de dióxido de carbono (AIE, 2020). Contudo, este

³ O equivalente a €2,6 mil milhões



fenómeno representa um produto colateral da pandemia e da consequente desaceleração económica, que não se traduz numa estratégia de descarbonização sustentável a longo prazo, uma vez que a recuperação terá de assentar num esforço agregado para a transição energética e para o crescimento económico. A AIE projetou uma diminuição do investimento em eficiência energética de 9% em 2020, consequente do adiamento de desenvolvimentos e inovações nas redes. Ainda assim, em simultâneo, os *lockdowns*⁴ provocaram um aumento da procura de eletrodomésticos entre 20% a 40%, causando, frequentemente, a substituição de modelos antigos por novos modelos mais eficientes nos domicílios, potenciando a eficiência energética.

Além das agravantes económicas, a pandemia COVID-19 exacerbou problemas da ordem social como o acesso à energia e a pobreza energética. Num questionário lançado em agosto de 2020 pela *Energypedia*, 21% dos consumidores participantes, oriundos da África Subariana, Sudeste Asiático e América Latina, reportaram dificuldades agravadas no pagamento de faturas de energia. Consoante as projeções da AIE, num cenário de recuperação lenta, o número de consumidores sem capacidade financeira para arcar com as despesas de energia poderá aumentar para 630 milhões de pessoas no continente africano.

2. Medidas globais adotadas nos países da RELOP

O primeiro semestre de 2020 foi marcado pela adoção de medidas restritivas drásticas pelas autoridades nacionais por todo o globo, de forma a evitar o alastramento dos contágios. De acordo com a AIE, 50% dos sistemas energéticos a nível global foram impactados pelas medidas de confinamento em meados de abril de 2020. No final do mesmo mês, estima-se que os confinamentos (parciais ou totais) tenham afetado cerca de 54% da população global e 60% do PIB mundial (AIE, 2020).

As entidades da RELOP não foram exceção. Entre janeiro e julho de 2020 o Estado de Emergência/Calamidade, mais restritivo ou menos restritivo, foi decretado em todos os países representados na RELOP, embora entre agosto e dezembro do mesmo ano, apenas 6 das 12 entidades, tenham indicado a implementação de um regime de confinamento generalizado nos seus contextos nacionais.

O segundo semestre foi marcado sobretudo por medidas governamentais de combate à pandemia de carácter já menos restritivo quando comparados à primeira metade do

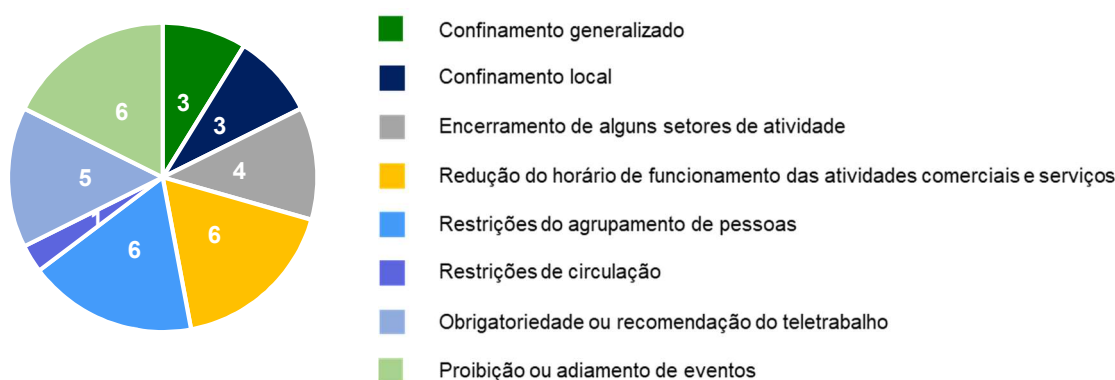
⁴ Encerramentos totais ou parciais da atividade económica por parte de autoridades governamentais.



ano, tais como o encerramento de determinados setores de atividade, restrições no agrupamento de pessoas e horários de funcionamento de determinados serviços.

É de destacar que a grande maioria das medidas adotadas pelos reguladores da RELOP e respetivos governos para o setor energético foram implementadas no primeiro semestre do ano. Muitas destas foram estendidas até à segunda metade do ano ou renovadas e adaptadas consoante as necessidades de cada país / região.

Gráfico 6 – Medidas governamentais adotadas nos países da RELOP (2º semestre de 2020)



No segundo semestre, todos os países representados na RELOP adotaram medidas restritivas no que toca ao agrupamento de pessoas nos seus contextos nacionais, decretaram o encerramento de alguns setores de atividade (escolas, restaurantes ou outros serviços), bem como a redução do horário de funcionamento das atividades comerciais e serviços.

A obrigatoriedade ou recomendação do teletrabalho pelas autoridades nacionais persistiu na segunda metade do ano, sendo que no primeiro semestre de 2020, 7 das entidades adotaram um regime de teletrabalho parcial e 4 entidades implementaram um regime de teletrabalho a tempo inteiro (RELOP, 2020).

No estudo anterior constatou-se que os reguladores adotaram também uma série de medidas internas para proteger os seus funcionários, mediante a implementação de planos de contingência nas suas instalações.

As orientações estabelecidas passaram tanto pela sensibilização para as recomendações emitidas pelas autoridades de saúde, tais como a etiqueta respiratória e a manutenção da distância de segurança física, bem como por medidas de limpeza e higienização das instalações. Foram adotadas medidas preventivas, entre as quais a



medição da temperatura corporal à entrada e a desinfecção periódica dos espaços comuns, de forma a reduzir o risco de infeção. As entidades definiram, inclusive, protocolos a desencadear em caso de suspeita ou caso confirmado de infeção por COVID-19. Estes incluíram medidas como a definição de áreas de isolamento para colaboradores infetados dentro das instalações, bem como a sucessiva implementação imediata do regime de teletrabalho. A utilização de plataformas digitais foi privilegiada no que respeita à realização de reuniões internas e externas das entidades, bem como na comunicação com os agentes regulados e consumidores.

Boas Práticas

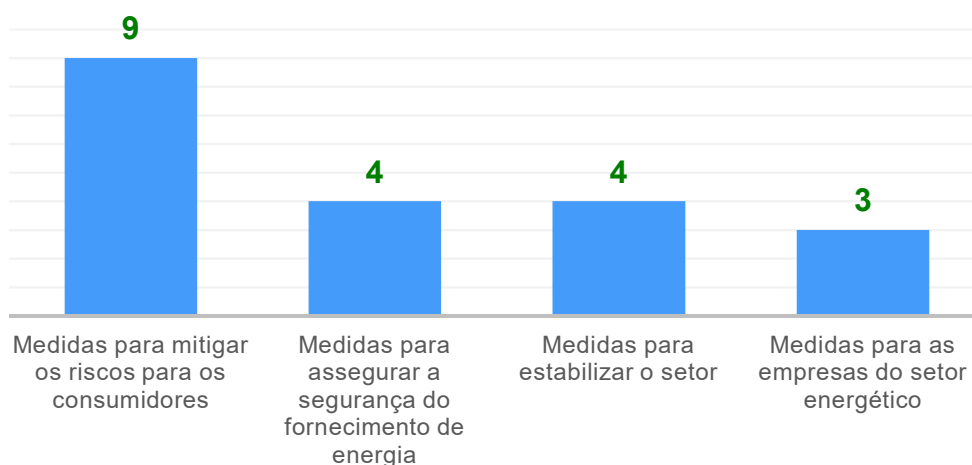
Mediante a vigência de cercas sanitárias no país, o Instituto Regulador dos Derivados de Petróleo da República de Angola (IRDP) entregou credenciais a motoristas transportadores de gás para livre circulação, com o objetivo de garantir a segurança de fornecimento, além de disponibilizar testes gratuitos à COVID-19.

Durante o primeiro semestre de 2020, os principais vetores que orientaram a atuação das autoridades nacionais e das entidades reguladoras no setor energético passaram pela mitigação dos riscos para os consumidores, assegurar a segurança do fornecimento e estabilizar o setor, através do apoio às empresas e agentes do setor energético.

No setor energético, o segundo semestre evidenciou um paralelismo com as linhas orientadoras da atuação na primeira metade do ano, sendo que 9 das entidades indicaram a manutenção de medidas para mitigar os riscos para os consumidores por parte das autoridades nacionais. Por sua vez, as medidas de apoio às empresas do setor foram mantidas ou renovadas pelos governos, consoante 3 entidades respondentes.



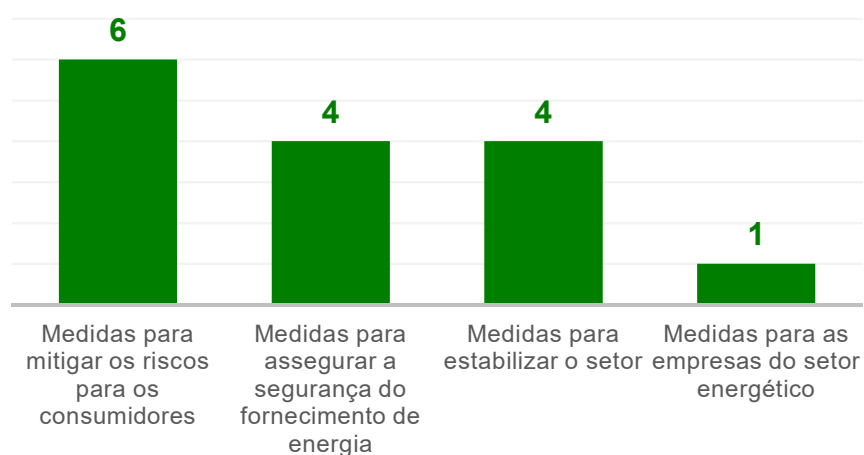
Gráfico 7 – Medidas adotadas pelo governo (2º semestre de 2020)



A priorização do consumidor e a mitigação da pobreza energética manteve-se também prioritária para os reguladores. No estudo anterior, 8 entidades indicaram ter implementado medidas para mitigar os riscos para os consumidores entre janeiro e julho de 2020. Na segunda metade do ano, 6 entidades sublinharam a extensão destas medidas, como evidenciado pelo Gráfico 8.

Em contraste, apenas 1 das entidades, das 6 que afirmaram a implementação de medidas de apoio às empresas do setor no estudo anterior, indicou a adoção de medidas semelhantes para o segundo semestre do ano.

Gráfico 8 – Medidas adotadas pelo regulador (2º semestre de 2020)



2.1 Agentes, intervenientes e consumidores do setor energético

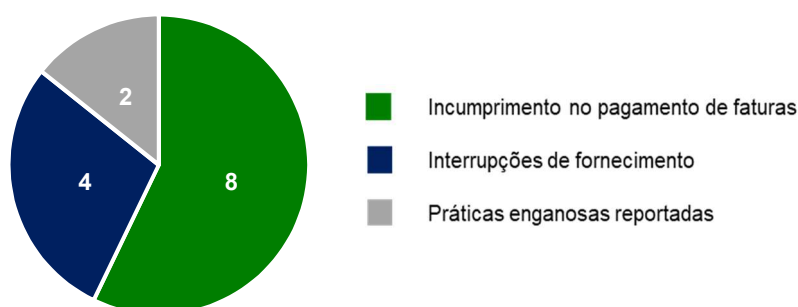
Uma análise intensiva e extensa, a longo prazo, das consequências da pandemia nos agentes e intervenientes do setor energético é ainda um empreendimento embrionário. Ainda assim, através dos dados disponibilizados pelas entidades da RELOP sobre o ano de 2020 podem deduzir-se as seguintes principais conclusões:

- O risco de incumprimento do pagamento de faturas de energia aumentou em quase todos os países em análise, em função da queda dos rendimentos das famílias e empresas;
- A queda do consumo e o conseqüente atraso no desenvolvimento de redes foram alguns dos principais impactos no setor do gás e da eletricidade;
- No setor dos combustíveis, as restrições de circulação e cercas sanitárias implementadas provocaram, nalguns casos, dificuldades logísticas e de transporte, além do adiamento de estudos prospetivos na área do petróleo. Verificou-se, inclusive, a queda de produção e consumo de combustíveis.

a) Riscos e medidas de apoio aos consumidores

O risco de incumprimento no pagamento de faturas foi apontado por 8 reguladores para a segunda metade do ano. Seguem-se as interrupções de fornecimento com 4 entidades e por último as práticas enganosas reportadas por 2 entidades.

Gráfico 9 – Principais riscos para os consumidores

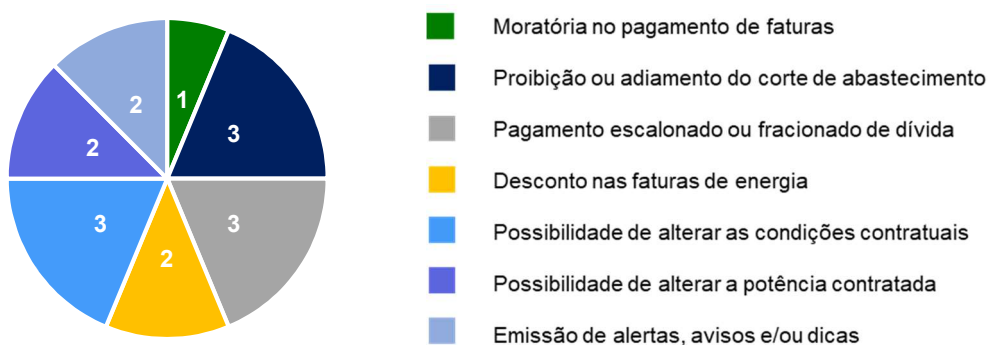


Face a este cenário, 7 reguladores reportaram uma série de medidas adotadas após julho de 2020 com o intuito de proteger os consumidores, representadas no Gráfico 10, sendo que as medidas mais praticadas foram a proibição ou adiamento do corte de



abastecimento, a possibilidade de alterar a potência contratada e o pagamento escalonado ou fracionado de dívida, todas assinaladas por 3 entidades.

Gráfico 10 – Medidas específicas adotadas pelo regulador para os consumidores (2º semestre de 2020)



A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) foi o regulador que indicou a maior quantidade de medidas em vigor no período posterior a julho de 2020, incluindo moratórias no pagamento de faturas, proibição ou adiamento do corte de abastecimento, planos de pagamento escalonados ou fracionados de dívida, possibilidade de alterar as condições contratuais e/ou a potência contratada e emissão de alertas, avisos e dicas para os consumidores. O pagamento escalonado e fracionado de dívida foi adotado por vários comercializadores de energia, mesmo após o seu período de vigência legal com o intuito de aliviar a carga financeira dos consumidores. Em agosto de 2020, o volume estimado de faturação em regime fracionado somava-se em 229 mil euros no caso português (ERSE, 2020).

À semelhança do ocorrido em Portugal, o governo angolano implementou mecanismos de incentivo e prestação de orientação às empresas do setor, para negociação de planos de pagamento faseado com os seus clientes, procurando em simultâneo proteger os consumidores e assegurar a estabilidade económica. Nas localidades caracterizadas pela falta de canais remotos para o pagamento de faturas, o governo incentivou as empresas à implementação e utilização das redes de multibanco e *internet banking* para atendimento aos clientes.

Refira-se ainda que, em média, 70% das interrupções de fornecimento ocorridas até agosto de 2020 em Portugal resultaram do incumprimento do pagamento de faturas por parte dos clientes (ERSE, 2020). Ainda assim, a proibição do corte de fornecimento até



setembro de 2020 resultou num número total de interrupções de aproximadamente 94 mil, correspondendo a 20,6% do registado no período homólogo de 2019. Esta medida evitou, conseqüentemente, a ocorrência de cerca de 9,2 mil interrupções no primeiro trimestre de 2020 (ERSE, 2020).

Em Cabo Verde, a ARME indicou que a concessionária Electra registou uma retração na faturação no ano de 2020 em comparação ao ano anterior na ordem dos 15,32%, ainda que esta tenha sido aligeirada por um processo de recuperação de dívidas em atraso.

Apenas duas entidades assinalaram a ocorrência de práticas enganosas no segundo semestre de 2020 (Gráfico 9). A Agência Reguladora Multisectorial da Economia (ARME) de Cabo Verde apontou a escassez do *stock* de gás butano nalguns pontos de abastecimento e a revenda de produtos energéticos a um preço superior ao máximo estabelecido no regime tarifário. Para combater estas práticas, a ARME constituiu uma equipa interinstitucional em parceria com a Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia (DNICE). Algumas das medidas adotadas incluíram a uniformização da tipologia de garrafas de butano e alterações na logística de distribuição de gás de butano pelas ilhas, incluindo as condições legais que enquadram a revenda de garrafas de butano. Também a ERSE indicou a receção de centenas de queixas relativas a práticas enganosas/desleais⁵ durante a pandemia, a ocorrer sobretudo no mercado liberalizado.

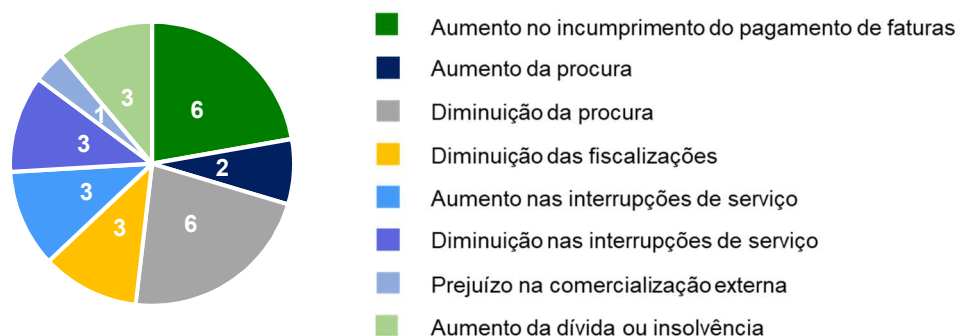
b) Estabilizar o setor e mitigar os riscos para os intervenientes

Conforme mencionado no ponto anterior, na segunda metade de 2020, na sequência da queda dos rendimentos das empresas e famílias e restrições ao normal funcionamento da atividade económica, os fornecedores e empresas do setor depararam-se com o aumento no incumprimento do pagamento de faturas por parte dos clientes, bem como com a diminuição da procura geral de energia, ambos assinalados por 6 das 12 entidades (Gráfico 11).

⁵ Salienta-se que a situação não é exclusiva para a situação da pandemia.



Gráfico 11 – Impactos para os fornecedores e empresas do setor energético



Destaca-se que entre os 6 países representados na RELOP, quatro adotaram medidas governamentais de apoio às empresas durante o ano de 2020, ainda que não especificamente dirigidas para o setor energético. A título de exemplo refiram-se o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) no Brasil, que até agosto de 2020 concedeu certa de 18,7 R\$ mil milhões (equivalente a €2,78 mil milhões) em crédito para pequenas empresas espalhadas pelo país; ou a linha de financiamento para micro empresas e pequenas empresas, aprovado pelo governo de Moçambique no montante de 20 milhões de euros, operacionalizada através do Banco Nacional de Investimento (BNI). Adicionalmente, o governo de Moçambique implementou ainda um desconto de 10% da tarifa de energia elétrica a todos os consumidores (empresas e particulares) entre 1 de junho e 31 de dezembro de 2020.

b.1) Eletricidade e gás

No setor da eletricidade e gás natural, os operadores de rede sofreram, sobretudo, atrasos no desenvolvimento de redes, devido à cessação de atividades presenciais, bem como uma queda do lucro no setor, proveniente das tarifas de acesso às redes.

As medidas de apoio aos fornecedores e empresas do setor implementadas no segundo semestre incluíram, à semelhança do primeiro, sobretudo, a flexibilização de obrigações regulatórias, medidas de incentivo e monitorização da atividade económica, o fracionamento ou aplicação de moratórias na faturação aos comercializadores e a redução ou eliminação de atividades presenciais na relação comercializador-consumidor.



A queda dos lucros no setor da eletricidade desencadeou, em Moçambique, a necessidade de recorrer a declarações de força maior para cessar as compras bilaterais de energia elétrica por parte de alguns comercializadores. Estas medidas culminaram numa redução na ordem dos 50% do preço da eletricidade no Mercado de Curto Prazo do SAPP⁶. Adicionalmente, o governo aplicou medidas para apoiar os operadores do sistema elétrico, das quais se destaca a liquidação parcial de dívida da empresa estatal de eletricidade, Eletricidade de Moçambique E.P. (EDM).

Boas Práticas

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) disponibilizou um painel, para consulta por parte do público, em matéria das perdas comerciais sofridas por 53 comercializadores e distribuidores de energia elétrica no Brasil, permitindo uma monitorização ativa da situação no país. Refira-se que no dia 18 de maio de 2020, sucedeu a maior queda de receita por parte dos comercializadores de energia, correspondendo a uma queda de aproximadamente 10,74%.

No Brasil, a diminuição da receita dos comercializadores de energia elétrica foi colmatada pela ANEEL através da aprovação da Resolução Normativa nº 885⁷ que regulamenta a “conta-COVID” de apoio aos distribuidores e comercializadores no setor da eletricidade, no montante de R\$16,1 mil milhões⁸. O financiamento é atribuído por um consórcio de 16 instituições financeiras, mediante solicitação por parte dos distribuidores, na forma de um empréstimo com reduzidas taxas de juro, destinado à injeção de liquidez nas empresas do setor, evitando, em simultâneo, custos acrescidos nas faturas de eletricidade dos consumidores.

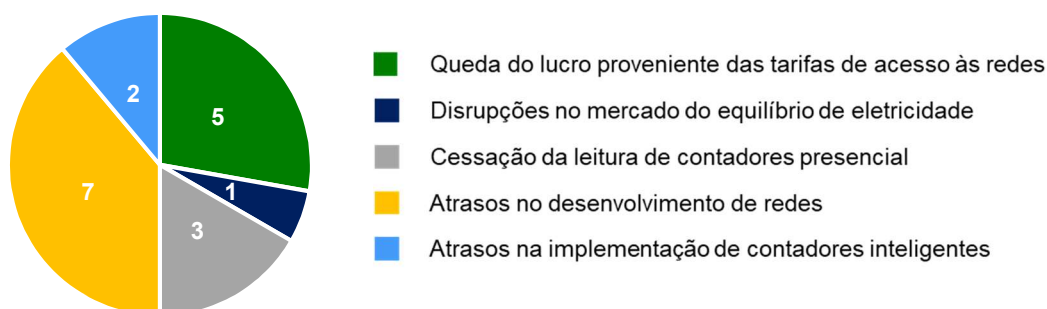
⁶ Instituição regional moçambicana do setor elétrico composto pelas empresas nacionais de eletricidade.

⁷ Disponível aqui: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-normativa-n-885-de-23-de-junho-de-2020-263039015>

⁸ O equivalente a €2,46 mil milhões



Gráfico 12 – Principais impactos para os operadores de rede (eletricidade e gás)



Em Portugal, a diminuição da procura de eletricidade e gás natural conduziu à aplicação de fracionamento de faturação a 8 comercializadores⁹. O mês mais crítico foi o mês de maio de 2020 em que os comercializadores solicitaram, inclusive, o fracionamento da faturação das tarifas de acesso às redes, pagas aos operadores de rede. Este apoio foi concedido aos comercializadores com uma quota de mercado inferior a 5%, que revelassem uma quebra de receita igual ou superior a 40%.

Refira-se ainda que para incentivar a atividade económica no setor do gás, em Moçambique, na sequência da queda do preço do gás engarrafado e do GPL, a ARENE introduziu indicadores-chave de desempenho a atingir pelos comercializadores, de forma a promover a eficiência do funcionamento das cadeias de valor e a fomentar a implementação de “mini” redes de energias renováveis. Em simultâneo, para garantir a segurança dos agentes no setor, a ARENE promoveu a digitalização de operações como a reparação de avarias remota.

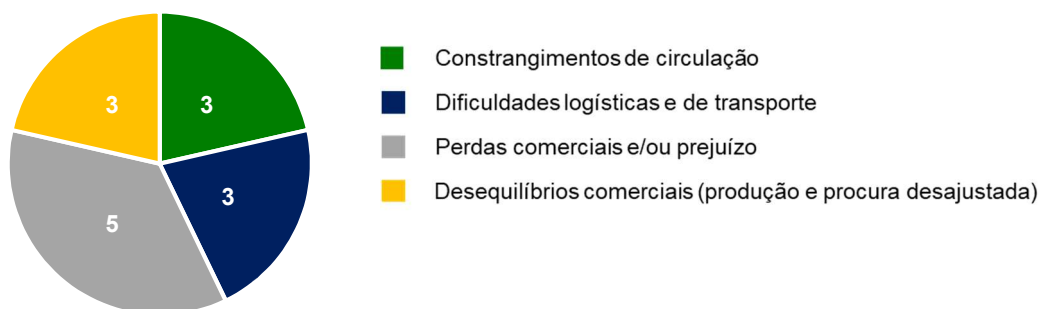
b.2) Combustíveis

Das 9 entidades que regulam o setor dos combustíveis, 5 apontaram a ocorrência de perdas comerciais e/ou prejuízo. Alguns reguladores indicaram ainda dificuldades logísticas e de transporte bem como desequilíbrios comerciais provocados pelo excedente de produção de petróleo, aliado à queda do consumo.

⁹ Para referência, o mercado de energia português é constituído por cerca de 40 comercializadores de eletricidade, excluindo os Comercializadores de Último Recurso (CUR) que operam em regiões isoladas, sem concorrência de mercado; e cerca de 20 comercializadores de gás natural (ERSE).



Gráfico 13 – Principais impactos para os agentes do setor dos combustíveis



Boas Práticas

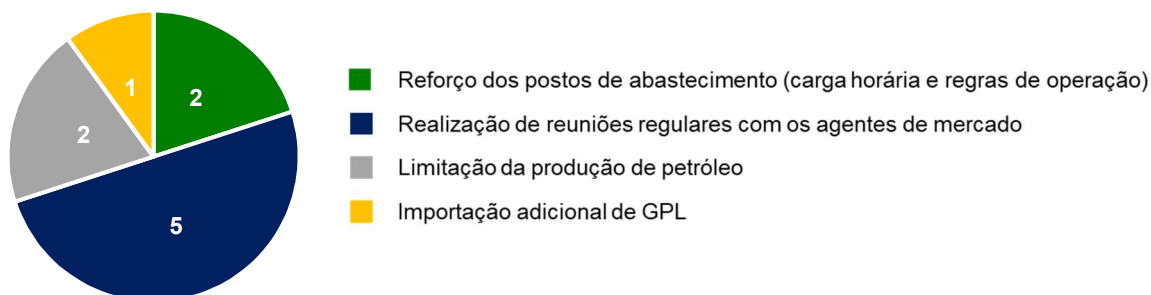
Com o objetivo de mitigar os riscos no setor dos derivados do petróleo, o Instituto Regulados dos Derivados do Petróleo da República de Angola (IRDP) criou uma Comissão de Gestão de Crise para o setor. A Comissão reúne semanalmente com os intervenientes do setor, desde o armazenamento à distribuição, de forma a monitorizar o funcionamento do mercado dos derivados do petróleo, bem como avaliar e diagnosticar constrangimentos no exercício da atividade, procurando

Em função da diminuição dos preços do petróleo e dos processos de descarbonização à escala global, a Agência Nacional do Petróleo de São Tomé e Príncipe (ANP-STP) reportou a necessidade sentida pelas empresas envolvidas na exploração e extração de petróleo, de reestruturar planos de negócio, após serem forçados a abandonar projetos de exploração anteriormente planeados. Em resposta, o governo decretou a [Resolução governamental nº 25/2020](#) que aprovou um regime excecional de flexibilização dos termos dos Contratos de Partilha de Produção (CPP) até 30 de setembro de 2020, permitindo a prorrogação por 12 meses da fase de pesquisa dos CPP às empresas que assim solicitassem. Adicionalmente, a Direção Geral do Ambiente estendeu o período de validação da licença ambiental.

Outras medidas de mitigação dos impactos no setor dos combustíveis, esquematizadas no Gráfico 14, incluem a realização de reuniões regulares com os agentes de mercado, assinalada por 5 entidades, o reforço dos postos de abastecimento (horário de funcionamento e regras de operação), a limitação da produção de petróleo com vista a equilibrar a oferta e procura, bem como a importação adicional de GPL.



Gráfico 14 – Medidas adotadas pelo regulador para estabilizar o setor dos combustíveis



Boas Práticas

Para a monitorização regular dos efeitos da pandemia no setor do gás natural e dos combustíveis, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) incorporou, nos seus boletins mensais, uma secção sobre os efeitos da pandemia na produção de petróleo e gás natural, mitigá-los e garantir a segurança do abastecimento.

No âmbito da realização de reuniões com os agentes de mercado no setor dos combustíveis, bem como da monitorização da atividade no setor, a Entidade Nacional para o Setor Energético (ENSE), para além dos relatórios habituais que publica sobre a evolução dos combustíveis, reforçou a informação pública com um mapa interativo que divulga em tempo real a localização, funcionamento, horários ou eventual encerramento dos postos de abastecimento de combustíveis. Adicionalmente, em Angola, com vista à manutenção da operacionalidade das unidades de produção por todo o país, a concessionária nacional estabeleceu uma sinergia com os operadores de rede no setor dos combustíveis.



Tabela 2 – Síntese das medidas adotadas pelos reguladores (2020)¹⁰

Medidas para mitigar os riscos para os consumidores
<ul style="list-style-type: none">▪ Proibição do corte de fornecimento de energia▪ Descontos nas tarifas ou faturas de energia▪ Concessão de planos de pagamento fracionados ou escalonados▪ Emissão de avisos, alertas e dicas▪ Assistência técnica gratuita aos consumidores em situações de avaria
Medidas de estabilização do setor / apoio aos agentes do setor (fornecedores, comercializadores)
<ul style="list-style-type: none">▪ Prorrogação ou extensão de prazos de reporte regulatório▪ Concessão de moratórias referentes aos encargos com a exploração de redes de eletricidade e gás natural▪ Monitorização da atividade económica no setor da eletricidade, gás e combustíveis▪ Realização de reuniões regulares com os agentes de mercado▪ Suspensão da aplicação de coimas e sanções▪ Priorização de infraestruturas críticas no fornecimento de energia, tais como hospitais, centros de saúde e instalações de proteção civil▪ Cessaçãõ da leitura de contadores presencial▪ Incentivo ao atendimento online dos consumidores pelos agentes do setor

3. Impactos no setor energético

A dimensão dos impactos da pandemia COVID-19 a longo-prazo no setor energético é ainda uma incógnita. Nesta secção pretendem-se analisar os impactos da pandemia nos países representados na RELOP em matéria da segurança do abastecimento,

¹⁰ As medidas listadas na tabela dizem respeito à totalidade do ano. Para mais detalhes sobre as medidas não aprofundadas neste estudo, consulte a primeira edição [aqui](#).

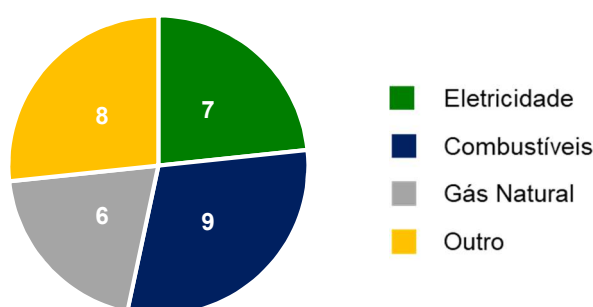


investimento em energias renováveis, desenvolvimento de projetos e estudos planeados e os efeitos nos setores regulados pelas entidades.

Refira-se que as entidades da RELOP regulam uma variedade de subsectores da energia, sendo que algumas regulam ainda outros setores como o setor das telecomunicações, água e saneamento ou os correios.

Para os setores em análise (eletricidade, gás e combustíveis) 7 das entidades regulam o setor da eletricidade, 9 das entidades regulam o setor dos combustíveis, 6 regulam o setor do gás natural e 8 regulam outros setores como os supramencionados.

Gráfico 15 – Setores regulados pelas 12 entidades da RELOP

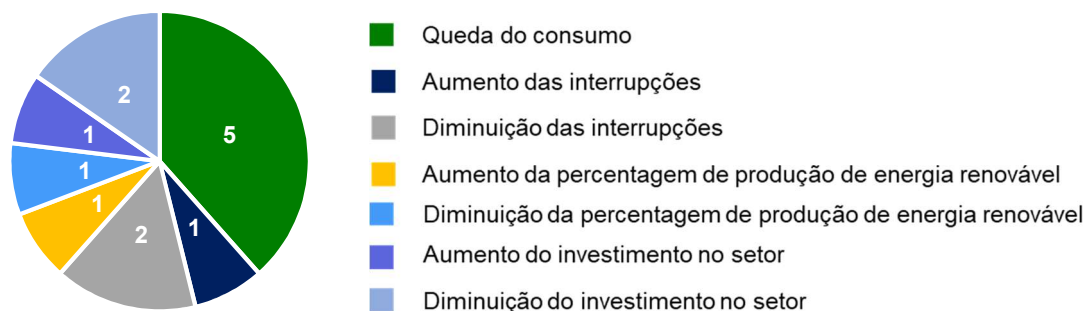


c) Eletricidade, Gás e Combustíveis

Consoante as estimativas da AIE, a queda da procura global de energia correspondeu a aproximadamente 5% em 2020, com o investimento no setor a diminuir em 18%.

No setor da eletricidade, 5 entidades indicaram a queda do consumo e 2 entidades indicaram a diminuição do investimento no setor, bem como a diminuição das interrupções de fornecimento.

Gráfico 16 – Impactos no setor da eletricidade



Em Moçambique, a ARENE indicou uma queda de 15% no consumo da eletricidade no segundo semestre do ano de 2020, quando comparado ao período homólogo de 2019.

Em Cabo Verde, a ARME avaliou uma queda global do consumo de eletricidade na ordem dos 11,8%. Refira-se que o nível de Média Tensão (MT) foi aquele que sofreu a queda mais abrupta, na ordem dos 29,9%. Simultaneamente, as duas concessionárias do país, nomeadamente a Empresa de Águas e Energia da Boa Vista (AEB) e a Electra reportaram uma queda de consumo de 52% na ilha de Boa Vista e de 5,8% nas restantes ilhas, respetivamente.

Em Portugal, a ERSE indicou uma quebra acentuada no consumo da energia elétrica, sobretudo nos meses de abril, maio e junho, de 14%, 16% e 8% respetivamente. Uma ligeira retoma dos níveis de consumo coincidiu, em junho, com o relaxamento das medidas restritivas e o desconfinamento faseado. Os clientes empresariais de pequena dimensão em Baixa Tensão Especial (BTE)¹¹ representaram o estrato com a maior quebra de consumo, reduzido em mais de 50% durante os meses de abril e maio e cerca de 18% em junho, quando comparado ao período homólogo de 2019. A implementação do regime de teletrabalho na maior parte do país culminou, por sua vez, num ligeiro acréscimo, de 1% a 2%, do consumo efetuado por consumidores residenciais e pequenos negócios em Baixa Tensão Normal.

A par das alterações nos padrões de consumo, duas entidades reportaram alterações no preço da eletricidade nos mercados grossistas. A ARENE indicou que as flutuações de preço se fizeram sentir sobretudo nas exportações de energia elétrica. Em Portugal, a ERSE constatou que o preço médio da eletricidade no mercado grossista rondou os 23,26€ /MWh, o que corresponde a um valor inferior em 33% ao primeiro trimestre do ano de 2020. A quebra na totalidade do ano excedeu os 50% comparativamente a 2019.

No setor do gás natural, os principais impactos refletiram-se na queda do consumo e investimento no setor. Em Moçambique, o Projeto Rovuma LNG, aprovado em maio de 2019, com vista à produção e liquefação de gás natural, foi adiado indefinidamente. O consumo de gás natural caiu em Portugal na ordem dos 28%, no período mais crítico do ano, quando comparado com o ano anterior. Em Cabo Verde, a ARME reportou uma redução de 5,5% no consumo de gás e uma queda do preço do gás butano engarrafado de cerca de 4%. Refira-se que em Cabo Verde não existe comercialização de gás natural, mas apenas de gás butano engarrafado.

¹¹ O fornecimento em Baixa Tensão Especial (BTE) inclui potência contratada superior a 44 Kw. Este segmento de clientes representa cerca de 7% do consumo global.

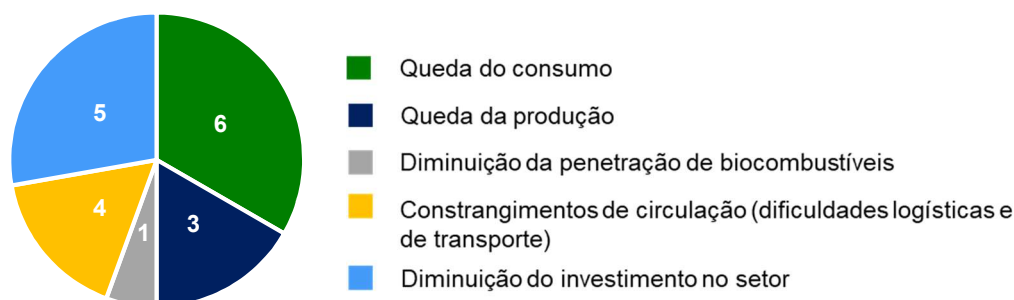


A ERSE indicou ainda uma queda dos preços médios do gás natural no mercado grossista. Entre abril e junho o preço caiu para valores aproximadamente 36% inferiores, quando comparados ao primeiro trimestre do ano. Na globalidade, no ano de 2020 observou-se uma quebra relativa do preço de mais de 59%, quando comparado a 2019.

Ainda assim, duas entidades indicaram um aumento no consumo de gás para a produção de eletricidade, nomeadamente a ARENE, que produziu 240 MW de energia elétrica através do gás natural; e o IRDP que indicou um aumento de 9,7% (em relação a 2019) no consumo de gás para este efeito.

Também no setor dos combustíveis, os principais efeitos da pandemia passaram pela queda do consumo, referida por 6 entidades e pela diminuição do investimento (5 entidades).

Gráfico 17 – Impactos no setor dos combustíveis



De acordo com a AIE, o setor dos combustíveis foi dos setores energéticos mais afetados pela pandemia, em especial devido à quebra no setor da aviação. Depois da queda abrupta dos preços do petróleo em abril de 2020, ocorreu uma retoma parcial no seguimento da redução da produção por parte dos países da OPEP. Contudo, dados publicados pelo Banco Mundial no final de outubro indicavam ainda um consumo muito inferior ao observado no período pré-pandémico. As flutuações de preços nos mercados internacionais afetaram diretamente os preços dos combustíveis nos mercados nacionais dos países da RELOP. Estima-se que os efeitos da pandemia no consumo de petróleo terão um impacto duradouro, sendo que só se espera a sua completa retoma em 2023.

A queda global do consumo de combustíveis em Cabo Verde atingiu os 40% quando comparado ao ano anterior, com o *Jet A1* e o *fuel* a serem os combustíveis mais



severamente afetados, tendo registado uma queda de 57% e 41% respetivamente. No Brasil a querosene de aviação sofreu uma queda de 80% do consumo na globalidade do ano, a produção de gasolina reduziu-se na ordem dos 35% e a penetração de biocombustíveis na cadeia de valor diminuiu (queda de 45% na utilização de etanol e 15% na utilização de diesel). Simultaneamente, nos boletins mensais da ANP, relativos aos meses de outubro e novembro, podem observar-se uma queda da produção de petróleo na ordem dos 3% e 10,9%, respetivamente, quando comparados ao período homólogo em 2019. Os constrangimentos de circulação provocados pela pandemia paralisaram a atividade de 34 campos de produção terrestres e marítimos em outubro e 33 em novembro. Durante o mês de agosto, um total de 60 instalações marítimas estiveram completamente inativas.

Também em Portugal, conforme os dados facultados pela ENSE, o consumo de querosene de aviação caiu em 60,55% quando comparado a 2019. Por sua vez, o consumo de gasolina diminuiu na ordem dos 16%, seguida do consumo de gasóleo (sem *jet*) com 11,66% e por fim do GPL e *jet* na ordem dos 4,22%. Na falta de disponibilidade das principais matérias primas utilizadas na produção de biodiesel a nível nacional (óleos alimentares utilizados), o preço do biodiesel revelou uma tendência de aumento de preços. Saliencia-se ainda que, em Angola o consumo de combustíveis diminuiu 25% na totalidade do ano quando comparado com 2019.

Ainda que algumas entidades não tenham reportado qualquer impacto na logística e transporte no setor dos combustíveis, no seguimento das restrições de circulação impostas nalguns países, entidades como o IRDP apontaram atrasos na entrega do produto aos operadores do setor, postos de abastecimento e indústria.

d) Segurança do abastecimento e investimento em energias renováveis

A manutenção da segurança do abastecimento demonstrou-se crucial na mitigação dos efeitos da pandemia. Ainda que a maioria das entidades tenham indicado uma elevada resiliência do setor na garantia da segurança do abastecimento, não deixaram de se verificar alguns constrangimentos.

Na sequência dos impactos económicos adversos da pandemia, a ARENE indicou que a retração de investimento para o alargamento do acesso à energia constituiu um potencial risco à segurança do abastecimento em Moçambique. Adicionalmente, a ARME referiu o transporte de combustível através do Golfo da Guiné como fator de elevado risco. Conforme o *International Maritime Bureau* (IMB), o Golfo da Guiné



representa a região mais afetada por crimes de pirataria marítima a nível mundial, sendo que em 2020 a zona registou mais de 90% dos casos globais de pirataria marítima. Nas etapas mais críticas, a ARME reportou a possibilidade de (quase) completa rutura dos *stocks* de combustíveis devido à ocorrência de desvios de carga.

O IRDP apontou ainda a escassez de abastecimento de energia em zonas afastadas dos grandes centros urbanos e logísticos, devido aos constrangimentos de circulação impostos pelas cercas sanitárias, acrescidos da obrigação de testagem regular à COVID-19.

Ainda que as restantes entidades não tenham assinalado qualquer risco em matéria do abastecimento, pode concluir-se que o alargamento do acesso à energia e a diversificação do *mix energético* são cruciais na garantia da segurança de abastecimento a médio e longo prazo.

A pandemia revelou grandes disparidades em matéria do acesso à energia no continente africano, com quatro países a dominar a produção de energia e a existência de um grande desfasamento entre os centros urbanos e as zonas rurais. O investimento em energias renováveis tem um papel preponderante no alargamento do acesso à energia bem como a cooperação internacional e regional. Ainda que as energias renováveis tenham sido um dos setores mais resilientes aos efeitos da pandemia, a diminuição do investimento no setor, aliada à dificuldade acrescida no acesso a financiamento e ao aumento da aversão ao risco por parte do investimento privado, alguns projetos de renováveis foram adiados ou interrompidos. Atente-se ao projeto “Central Solar Metoro” com magnitude de cerca de 40 MW, implementado em Moçambique, que sofreu grandes atrasos assinalados pela ARENE. Contando com um investimento de cerca de \$56 milhões¹², com implementação prevista para o final de 2020, o projeto tem por objetivo a injeção estratégica de energia elétrica fotovoltaica na principal subestação de transporte e distribuição do norte do país, na região de Metoro. Na sequência da pandemia, o projeto foi adiado pela Efacec - o grupo português responsável pela sua construção.

Boas Práticas

Com o objetivo de incentivar o investimento em energias renováveis o governo da República de Angola promoveu um Quadro de Incentivos ao Investimento privado que prevê, entre outros aspetos, a implementação de um pacote jurídico-tributário de isenções fiscais para projetos nesta área.

¹² O equivalente a €45 924 487,47

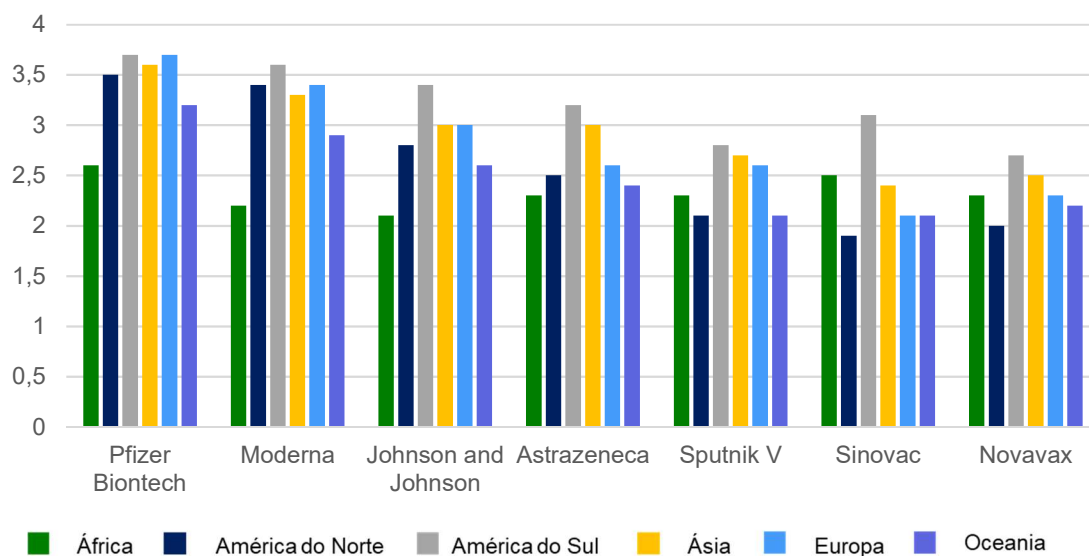


Com o desenvolvimento da vacina contra o *Coronavirus* por todo o globo, espera-se uma retoma gradual do investimento no setor energético e em particular no setor das energias renováveis. No sentido de alargar e tornar equitativo o acesso às vacinas, foi criado o programa COVAX, permitindo a eliminação de barreiras financeiras à aquisição da vacina por países com baixos rendimentos. Note-se ainda que o ceticismo em matéria das vacinas, mais pronunciado em alguns países, bem como a chegada tardia das vacinas a determinadas regiões do globo, poderá atrasar a retoma da economia e do investimento.

No Gráfico 18, estão representadas as respostas a um inquérito oriundas de 125 países. Foi pedido que os inquiridos classificassem, numa escala de 1 a 5, com 1 a corresponder a total ceticismo e 5 a total confiança, a sua confiança em relação a algumas das vacinas mais comercializadas. É importante referir, contudo, que este inquérito internacional está ainda em aberto. De momento, os dados representados correspondem a uma amostra de 1416 respostas.

Destaca-se que 10 das 12 entidades da RELOP indicaram já estar previsto um plano de aquisição de vacinas no seu país.

Gráfico 18 – Níveis de confiança nas principais vacinas contra a COVID-19 de 1 (total ceticismo) a 5 (total confiança)



Fonte: *The Global Economy.com*:

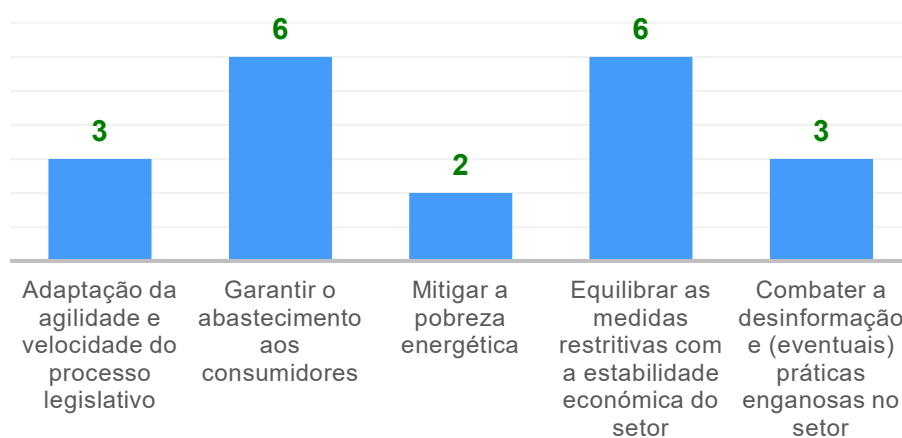
https://www.theglobaleconomy.com/survey_covid_vaccines_results.php?countryId=0



4. Reflexão: regulação energética em tempos de pandemia

Apesar da resiliência geral do setor energético perante a pandemia, e do papel dos reguladores na sua manutenção e promoção, as entidades da RELOP indicaram como maiores desafios a garantia do abastecimento aos consumidores e o objetivo de equilibrar o cumprimento das medidas de saúde, emitidas pelas autoridades nacionais, com a estabilidade económica do setor.

Gráfico 19 – Principais desafios para a regulação energética perante a pandemia COVID-19



Uma das medidas mais comumente adotadas por todo o globo para conciliar a continuidade da atividade económica e a segurança dos colaboradores foi a implementação de regimes de teletrabalho totais ou parciais. Um recente relatório da OCDE¹³ indica que apesar de constrangimentos provocados na comunicação entre colaboradores, o teletrabalho detém benefícios em matéria da produtividade, nomeadamente no que toca aos índices de satisfação dos funcionários. A ANEEL descreve no seu Relatório Técnico Anual que o regime de teletrabalho reduziu as despesas da agência no valor de R\$15,1 milhões¹⁴, tendo, inclusive, aumentado drasticamente a sua produtividade. Apenas no que respeita à regulação dos serviços de transmissão de energia elétrica, o tempo médio de análise da procura no setor foi reduzido das habituais 91 horas para 77 horas.

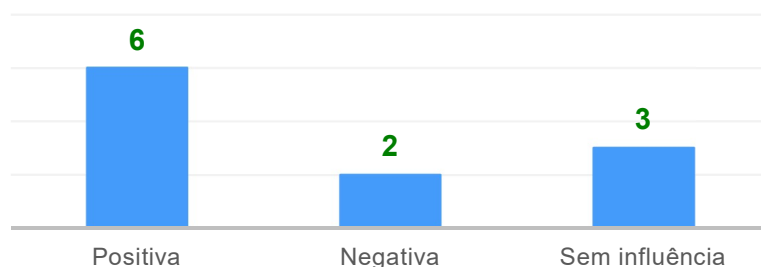
¹³ *Productivity gains from teleworking in the post COVID-19 era: How can public policies make it happen?* (OCDE, 2020)

¹⁴ O equivalente a €2,3 milhões



Também as restantes entidades da RELOP corroboram esta tendência. Questionadas sobre os efeitos do teletrabalho no exercício da regulação, 6 entidades indicaram que o teletrabalho teve um impacto positivo na atividade regulatória.

Gráfico 20 – Influência do teletrabalho no exercício da regulação

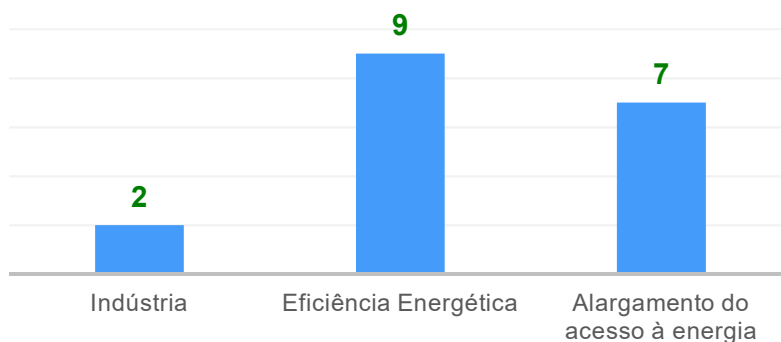


Apesar dos efeitos maioritariamente positivos do teletrabalho na atividade dos reguladores, a necessidade de adotar decisões regulatórias num curto espaço de tempo, na ausência de procedimentos padronizados, levou a que 10 das entidades se tivessem visto impelidas a prolongar algumas das atividades planeadas para o ano seguinte e 2 entidades não tivessem realizado todas as atividades planeadas. Algumas entidades indicaram um acréscimo de atividades na sequência da pandemia, tal como a realização de estudos e relatórios, apontado pela ERSE, ou o desenvolvimento de planos de contingência permanentes para a eventualidade de situações de crise similares, como indicado pelo IRDP.

No que toca a inovações legislativas, 8 das entidades apontaram que a crise obrigou ao adiamento de decisões regulatórias. Apenas 3 entidades afirmaram que a crise não impactou os processos de decisão regulamentar.

Ao refletir sobre os efeitos do *Coronavirus* na economia mundial e no setor energético, as entidades destacaram sobretudo a importância da eficiência energética para o futuro da inovação no setor, bem como do alargamento do acesso à energia.

Gráfico 21 – Prioridades da inovação pós-COVID no setor energético



Conclusão

Passado mais de um ano desde o primeiro caso diagnosticado de infeção pelo vírus Sars-Cov-2, os efeitos desta crise à escala mundial continuam a repercutir-se no quotidiano e no setor energético.

O primeiro semestre de 2020 foi marcado pelo alastramento dos contágios por todo o globo. Neste contexto, as autoridades nacionais adotaram medidas características de um cenário de guerra no combate à propagação do vírus. A implementação de confinamentos totais, parciais e cercas sanitárias impactou gravemente a economia mundial, provocando uma queda do PIB na ordem dos 4,3%. Ainda que o segundo semestre tenha sido marcado pelo relaxamento e retoma parcial da atividade económica na maioria dos países da RELOP, a emergência de novas vagas por todo o globo levará a que o regresso à normalidade pré-pandémica seja um processo gradual e demorado.

No setor energético, a recuperação económica terá de passar pelo equilíbrio entre o crescimento económico mundial, tendo em conta as suas particularidades regionais, e a criação de um sistema energético sustentável a longo prazo. Paralelamente, o investimento em energias renováveis será crucial para a descarbonização do setor e para a redução da dependência de carbono.

A diminuição do consumo e dos preços foi transversal aos setores da eletricidade, gás e combustíveis. Em função dos mercados energéticos internacionais e da quase total paragem do setor da aviação na sequência das restrições de circulação transfronteiriças, esta queda foi mais acentuada no setor dos combustíveis quando comparado aos setores do gás e eletricidade.

Estima-se que o gás natural, enquanto fonte de energia transicional no período de recuperação, se reestabeleça mais rapidamente que outros combustíveis como o petróleo. A procura de gás natural é provável que aumente sobretudo na Europa onde o gás natural liquefeito (GNL) compõe uma parcela mais substancial do *mix energético*.

A regulação energética contribuiu em larga medida para a resiliência económica e técnica do setor. Os reguladores optaram por priorizar a mitigação dos riscos para o consumidor, procurando manter, em simultâneo, o equilíbrio económico-financeiro do setor. Importam salientar os imprescindíveis contributos dos reguladores na monitorização e análise transparente do mercado e do setor, possibilitando a implementação de políticas baseadas em dados estatísticos fiáveis e robustos. Fruto do seu carácter vital na resposta à crise, a regulação poderá vir a desempenhar um papel mais ativo no processo de recuperação económica e da transição energética.



Assim, ultrapassado o período de emergência, cabe aos reguladores avaliarem as vantagens e desvantagens do regresso a um marco regulatório pré-COVID ou a criação de um novo quadro que integre boas práticas e lições interiorizadas da resposta regulatória em tempos de pandemia.



Referências

African Energy Outlook 2021 [Relatório] / autor Câmara de Energia Africana – 2020 - <https://www.whyafrica.co.za/wp-content/uploads/2020/11/AEC-Outlook-2021.pdf>.

Benchmarking de Regulação: Modelos de Governança e Relações Institucionais [Relatório] / autor (RELOP) Associação de Reguladores de Língua Oficial Portuguesa – 2020 - <https://www.relop.org/eventos/2020/01/20201213.html>.

Covid-19's Impacts on the Energy Sector [Online] / autor Engineering Hydrocarbon - Maio de 2020 - <https://www.hydrocarbonengineering.com/clean-fuels/19112020/covid-19s-impact-on-the-energy-sector/>.

Dynamic Characteristics of Crude Oil Price Fluctuation - From the Perspective of Crude Oil Price Influence Mechanism [Relatório] / autor Peng Jiaying, Li Zhenghui e Drakeford Benjamin - MDPI, 2020 - <https://www.mdpi.com/1996-1073/13/17/4465>.

Energy Efficiency 2020 [Relatório] / autor Agência Internacional de Energia – 2020 - <https://www.iea.org/reports/energy-efficiency-2020>.

Energypedia [Online] // Impact of Covid 19 on Energy Access. - janeiro de 2021. - https://energypedia.info/wiki/Impact_of_COVID-19_on_Energy_Access.

Especial Covid-19: Impactos Setoriais - eletricidade e gás natural [Relatório] / autor (ERSE) Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos – 2020 - https://www.erse.pt/media/vvtpaqk1/relat%C3%B3rio-covid_final.pdf.

Estudo Relativo aos Impactos do Covid-19 [Relatório] / autor RELOP Associação de Reguladores de Energia dos PALOP. - Lisboa: Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, 2020 - <https://www.relop.org/files/eventos/20201102/Estudo%20relativo%20aos%20impactos%20COVID-19.pdf>.

First Analysis of the COVID-19 Pandemic's Effects on the Energy Sector [Relatório] / autor (CEER) Council of European Energy Regulators. – 2020 - <https://www.ceer.eu/documents/104400/-/-/31d2aad0-f7b3-46cf-b7e9-1ef382ad2e87>.

Global Health Innovation Center [Online] // Launch and Scale Speedometer (COVID-19). - Duke University. - janeiro de 2021. - <https://launchandscalefaster.org/COVID-19#Interactive%20tables%20and%20charts%20-%20COVID-19%20Vaccine%20Advance%20Market%20Commitments>.

John Hopkins University and Medicine [Online] // Coronavirus Resource Center. - janeiro de 2021 - <https://coronavirus.jhu.edu/>.



Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [Online] // COVID-19 and the aviation industry: Impact and policy responses. - 15 de outubro de 2020. <http://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/covid-19-and-the-aviation-industry-impact-and-policy-responses-26d521c1/>.

Our World in Data [Online] // Coronavirus Pandemic Data Explorer. - Oxford University. - maio de 2021. - [https://ourworldindata.org/coronavirus-data-explorer?zoomToSelection=true&time=2020-03-01..latest&country=IND~USA~GBR~CAN~DEU~FRA®ion=World&casesMetric=true&interval=smoothed&perCapita=true&smoothing=7&pickerMetric=total cases&pickerSort=desc](https://ourworldindata.org/coronavirus-data-explorer?zoomToSelection=true&time=2020-03-01..latest&country=IND~USA~GBR~CAN~DEU~FRA®ion=World&casesMetric=true&interval=smoothed&perCapita=true&smoothing=7&pickerMetric=total%20cases&pickerSort=desc).

Oxford Business Group [Online] // Covid-19 Economic Impact Assessments. - 10 de Dezembro de 2020 - <https://oxfordbusinessgroup.com/news/covid-19-impact-energy-sector-year-review-2020>.

Productivity gains from teleworking in the post COVID-19 era: How can public policies make it happen? [Relatório] / autor Económico Organização para a Cooperação e Desenvolvimento - 2020 - https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/productivity-gains-from-teleworking-in-the-post-covid-19-era_a5d52e99-en.

Regulatory Measures to mitigate the impact of Covid-19 outbreak in the Mediterranean Region [Relatório] / autor Mediterranean Energy Regulators – 2020 - http://www.medreg-regulators.org/Portals/_default/Skede/Allegati/Skeda4506-499-2020.5.8/Ann4_Regulatory_measures-FINAL-VF.pdf?IDUNI=zxeientlu31k2sntj1r3ls1t32.

Renewables 2020 [Relatório] / autor Agência Internacional de Energia - 2020 - <https://www.iea.org/reports/renewables-2020>.

Rigzone [Online] // Oil and Gas News. - janeiro de 2021 - <http://www.rigzone.com/news/commodity/>.

The Energy Year [Online] // Great Expectations in Angola. - 18 de janeiro de 2021 - <https://theenergyyear.com/articles/great-expectations-in-angolas-golden-block/>.

The Oil Market Outlook: Lasting scars from the pandemic [Online] / autor Nagle Peter // World Bank Blogs. - 27 de outubro de 2020 - <https://blogs.worldbank.org/opendata/oil-market-outlook-lasting-scars-pandemic>.

Trading Economics [Online] // Angola - PIB - Taxa de Crescimento Anual. - Janeiro de 2021. - <https://pt.tradingeconomics.com/angola/gdp-growth-annual>.



U.S. Energy Information Administration [Online] // COVID-19's impact on commercial jet fuel demand has been significant and uneven. - janeiro de 2021. - <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=44676>.

World Energy Investment 2020 [Relatório] / autor Agência Internacional de Energia. – 2020 - <https://www.iea.org/reports/world-energy-investment-2020>.



Anexos

Questionário Impactos e Medidas: Covid-19

A pandemia Covid-19 provocou impactos em diversos setores da sociedade, incluindo no setor energético e no exercício da regulação económica do mesmo. No seguimento da publicação da primeira parte do estudo da RELOP sobre os impactos do Covid-19, serve o presente questionário para recolher informações sobre as medidas adotadas pelo governo e reguladores dos seis países membros da RELOP, durante o segundo semestre de 2020, que coincidiu, em muito países, com o aparecimento de uma segunda vaga de Covid-19.

O questionário contém perguntas abertas e perguntas de escolha múltipla. No final de cada secção terá acesso a uma pergunta aberta global que lhe permitirá expor medidas inovadoras adotadas pelo seu Regulador ou Governo. Nas suas respostas, considere apenas medidas adotadas desde julho de 2020 ou medidas adotadas em data anterior, com efeito até depois de julho de 2020.

À semelhança do realizado anteriormente, o Secretariado irá analisar estes dados e elaborar um relatório sobre os efeitos do Covid-19 no setor energético e na sua regulação, para o ano de 2020.

O questionário encontra-se organizado por secções incluindo:

- I. Medidas globais (adotadas pelo regulador e pelo governo)
- II. Consumidores
- III. Fornecedores e empresas do setor energético
- IV. Medidas por setor (eletricidade, gás, combustíveis e outro)
- V. Impactos no setor energético (eletricidade, gás e combustíveis, outro)
- VI. Reflexão



I. Medidas globais

Medidas abrangentes adotadas pelo Governo e Regulador para combater e mitigar os impactos do Covid-19, em particular no setor energético.

1. Quais as medidas adotadas pelo governo de combate à segunda vaga de Covid-19? (Para efeitos de resposta, considere o período entre agosto e dezembro de 2020)

- Confinamento generalizado (estado de emergência, calamidade ou equivalente)
- Confinamento local
- Encerramento de alguns setores de atividade (e.g. restaurantes, escolas, entre outros)
- Redução do horário de funcionamento das atividades comerciais / serviços
- Restrições do agrupamento de pessoas
- Restrições de circulação
- Obrigatoriedade ou recomendação do teletrabalho
- Proibição ou adiamento de eventos
- Outro:

1.1. Se assinalou a opção "confinamento generalizado" na questão anterior, por favor indique a legislação associada à medida, a data da sua implementação e o período de vigência.

2. Assinale as medidas adotadas pelo Governo na primeira vaga para o setor energético que continuaram em vigor ou foram renovadas:

- Medidas para mitigar os riscos para os consumidores
- Medidas para assegurar a segurança do fornecimento de energia
- Medidas para estabilizar o setor



Medidas para as empresas do setor energético

3. Assinale as medidas do Regulador adotadas na primeira vaga que continuaram em vigor ou foram renovadas:

Medidas para mitigar os riscos para os consumidores

Medidas para assegurar a segurança do fornecimento de energia

Medidas para estabilizar o setor

Medidas para as empresas do setor energético

4. Indique quaisquer outras medidas adotadas, nos domínios da questão anterior, ou outras medidas inovadoras, entre julho e dezembro de 2020, que considere relevantes para o setor energético. Indique a autoridade responsável pela(s) medida(s), bem como o prazo de vigência da(s) mesma(s).

II. Consumidores

Medidas adotadas para proteger os consumidores de energia.

5. Quais os riscos para os consumidores observados no seu contexto nacional?

Incumprimento no pagamento de faturas

Interrupções de fornecimento

Práticas enganosas reportadas

Outro:

6. Indique as medidas adotadas pelo Regulador para mitigar os riscos para os consumidores, desde 18 de julho de 2020:



- Moratória no pagamento de faturas
- Proibição ou adiamento do corte de abastecimento
- Pagamento escalonado ou fracionado de dívida
- Desconto nas faturas de energia
- Possibilidade de alterar as condições contratuais
- Possibilidade de alterar a potência contratada
- Emissão de alertas, avisos e/ou dicas
- Outro:

6.1. Indique quaisquer outras medidas relevantes adotadas pelo Regulador para mitigar os riscos para os consumidores. Considere apenas as medidas para o período posterior a julho de 2020.

7. Foram prolongadas ou adotadas medidas adicionais pelo Governo para mitigar os riscos para os consumidores desde julho de 2020?



III. Fornecedores e empresas do setor energético

Impactos observados e medidas adotadas para os fornecedores e empresas do setor energético.

8. Quais os impactos observados no seu contexto nacional para os fornecedores e empresas do setor energético?

- Aumento no incumprimento no pagamento de faturas
- Aumento da procura
- Diminuição da procura
- Aumento das fiscalizações
- Diminuição das fiscalizações
- Aumento das interrupções de serviço
- Diminuição das interrupções de serviço
- Prejuízo na comercialização externa
- Lucro na comercialização externa
- Aumento da dívida ou insolvência
- Outro:

9. Indique as medidas adotadas pelo Regulador para apoio aos fornecedores e empresas do setor energético, desde julho de 2020, indicando os respectivos períodos de vigência.

10. Foram prolongadas ou adotadas medidas adicionais pelo Governo de apoio aos fornecedores e comercializadores de energia? Considere apenas as medidas relevantes para o período posterior a julho de 2020.



IV. Medidas por setor

A secção seguinte encontra-se dividida por setor de atividade regulatória (eletricidade, gás e combustíveis). Por favor responda apenas às secções relevantes, tendo em conta os setores regulados pela sua entidade. Existe ainda uma secção ("Outro") para as entidades que regulam outros setores adicionais (além do setor energético).

Eletricidade

11. Quais os impactos para os operadores de rede no seu contexto nacional?

- Queda do lucro proveniente das tarifas de acesso às redes
- Disrupções no mercado de equilíbrio da eletricidade
- Cessação da leitura de contadores presencial
- Atrasos no desenvolvimento de redes
- Atrasos na implementação de contadores inteligentes
- Outro:

12. Foram tomadas medidas pelos operadores de rede, ou dirigidas aos mesmos pelo Regulador, para apoiar outros agentes do setor (e.g. pagamento fracionado de tarifas de acesso às redes por parte dos comercializadores, diminuição das tarifas de acesso às redes, entre outros)

13. O regulador adotou medidas para apoiar os operadores de rede? (por exemplo, recuperação de custos/dívida através de alteração de tarifas, criação de incentivos regulatórios, entre outros)

14. Indique quaisquer outras medidas relevantes adotadas pelo Regulador para o setor da eletricidade. Considere apenas as medidas relevantes para o período posterior a julho de 2020.



15. Indique quaisquer outras medidas relevantes adotadas pelo Governo para o setor da eletricidade. Considere apenas as medidas relevantes para o período posterior a julho de 2020.

Gás

16. Quais os impactos para os operadores de rede de transporte e distribuição de gás no seu contexto nacional?

- Queda do lucro das tarifas de acesso às redes de transporte e distribuição de gás natural
- Atrasos no desenvolvimento das redes
- Cessaçãõ da leitura de contadores presencial
- Outro:

17. Que medidas foram adotadas pelo Regulador para estabilizar o setor do gás?

- Importaçãõ adicional de gás natural
- Definiçãõ de preços máximos para o GPL ou gás engarrafado
- Realizaçãõ de reuniões regulares com os agentes de mercado
- Outro:

18. O regulador adotou medidas para apoiar os operadores da rede de distribuição ou transporte de gás natural? (por exemplo, medidas extraordinárias no controlo de preços e limite de receita, adiamento de prazos de reporte de dados ou relatórios, flexibilizaçãõ em matéria da qualidade de serviço para evitar o pagamento de coimas, entre outros)

19. Indique quaisquer outras medidas relevantes adotadas pelo Regulador para o setor do gás. Considere apenas as medidas relevantes para o período posterior a julho de 2020.



20. Indique quaisquer outras medidas relevantes adotadas pelo Governo para o setor do gás. Considere apenas as medidas relevantes para o período posterior a julho de 2020.

Combustíveis

21. Quais os impactos para os agentes do setor dos combustíveis?

- Constrangimentos de circulação
- Dificuldades logísticas e de transporte
- Perdas comerciais e/ou prejuízo
- Desequilíbrios comerciais (produção e procura desajustada)
- Outro:

22. Que medidas foram adotadas pelo Regulador para estabilizar o setor dos combustíveis?

- Reforço dos postos de abastecimento (carga horária e regras de operação)
- Incorporação adicional de biocombustíveis
- Realização de reuniões regulares com os agentes de mercado
- Limitação da produção de petróleo
- Importação adicional de GPL
- Outro:



23. Foram adotadas medidas para apoiar os agentes do setor dos combustíveis (produtores, fornecedores, distribuidores, comercializadores)? Considere apenas as medidas relevantes para o período posterior a julho de 2020, indicando a entidade responsável pelas medidas.

24. Indique quaisquer outras medidas relevantes adotadas pelo Regulador para o setor dos combustíveis. Considere apenas as medidas relevantes para o período posterior a julho de 2020.

25. Indique quaisquer outras medidas relevantes adotadas pelo Governo para o setor dos combustíveis. Considere apenas as medidas relevantes para o período posterior a julho de 2020.

Outro

26. Indique quaisquer medidas que considere relevantes no combate aos efeitos da pandemia, nos setores regulados pela sua entidade, excluindo o setor energético. Indique a entidade responsável e o período de vigência das medidas.



Impactos no setor energético

Nesta secção, por favor indique os impactos no setor da eletricidade, gás e combustíveis. À semelhança da secção "Medidas por setor", a secção seguinte encontra-se dividida por setor energético. Responda às questões respetivas aos setores regulados pela sua entidade.

27. Indique os impactos da pandemia em matéria da segurança do abastecimento.

28. Na sequência da pandemia Covid-19, antecipa-se alguma alteração da previsão de investimento em energias renováveis? (2021-2025)

Eletricidade

29. Assinale os impactos e efeitos da pandemia Covid-19 no setor da eletricidade.

- Queda do consumo
- Aumento das interrupções
- Diminuição das interrupções
- Aumento da percentagem de produção de energia renovável
- Diminuição da percentagem de produção de energia renovável
- Aumento do investimento no setor
- Diminuição do investimento no setor
- Outro:

29.1. Para as opções assinaladas na pergunta anterior, indique as respetivas percentagens comparadas com os dados homólogos de 2019. Desagregue os dados sobre o consumo por nível de tensão.



30. Observaram-se alterações de preços significativos, em comparação aos dados homólogos de 2019, da eletricidade nos mercados retalhistas e grossistas? Complemente a sua resposta com dados quantitativos.

31. Observaram-se alterações tarifárias da eletricidade significativas, em comparação aos dados homólogos de 2019? Complemente a sua resposta com dados quantitativos.

Gás

32. Assinale os impactos e efeitos da pandemia Covid-19 no setor do gás.

- Queda do consumo
- Aumento do consumo de gás e produção de eletricidade
- Diminuição do consumo de gás para a produção de eletricidade
- Aumento do investimento no setor
- Diminuição do investimento no setor
- Outro:

32.1. Para as opções assinaladas na pergunta anterior, indique as respetivas percentagens comparadas com os dados homólogos de 2019.

33. Observaram-se alterações de preços significativos, em comparação aos dados homólogos de 2019, do gás nos mercados retalhistas e grossistas? Complemente a sua resposta com dados quantitativos.

34. Observaram-se alterações tarifárias do gás significativas, em comparação aos dados homólogos de 2019? Complemente a sua resposta com dados quantitativos.



Combustíveis

35. Assinale os impactos e efeitos da pandemia Covid-19 no setor dos combustíveis.

- Queda do consumo
- Queda da produção
- Aumento da produção
- Aumento da penetração de biocombustíveis
- Diminuição da penetração de biocombustíveis
- Constrangimentos de circulação (dificuldades logísticas e de transporte)
- Aumento do investimento no setor
- Diminuição do investimento no setor
- Outro:

35.1. Para as opções assinaladas na pergunta anterior, indique as respetivas percentagens comparadas com os dados homólogos de 2019.

36. Indique os impactos das flutuações do preço do petróleo nos mercados internacionais no seu setor dos combustíveis nacional.

37. As restrições de circulação impostas impactaram a logística e transporte no setor dos combustíveis? Indique.

Reflexão

38. Qual considera ter sido o maior desafio para a regulação do setor da energia no contexto da pandemia Covid-19?



- Adaptação da agilidade e velocidade do processo legislativo
- Garantir o abastecimento aos consumidores
- Mitigar a pobreza energética
- Equilibrar as medidas restritivas com a estabilidade económica do setor
- Combater a desinformação e (eventuais) práticas enganosas no setor
- Outro:

39. Considera que o regime de teletrabalho impactou o exercício da regulação?

- Sim, positivamente
- Sim, negativamente
- Não

40. O regulador implementou todas as atividades planeadas para 2020?

- Sim, todas
- Sim, todas, incluindo atividades adicionais devido à pandemia
- Sim, mas algumas foram prolongadas para o ano seguinte
- Não
- Outro:

41. A crise obrigou a adiar decisões regulatórias?

- Sim



Não

42. Que boas práticas foram adotadas pela sua entidade no seguimento dos impactos da Covid-19 para a regulação económica do setor energético?

43. O Regulador criou algum plano permanente de contingência para situações de crise similares no setor energético?

Sim

Não

43.1. Se respondeu "sim" à questão anterior, por favor indique uma breve descrição do plano. Coloque o link para o mesmo, se disponível.

44. Já está previsto um plano de aquisição de vacinas no seu país?

45. Considera que as notícias do desenvolvimento da vacina contra a Covid-19 influenciaram o investimento no setor energético? (Se disponíveis, por favor complemente a sua resposta com dados quantitativos)

46. Tendo em conta os efeitos desta crise de saúde mundial, qual considera que deve ser a prioridade da inovação no setor energético?

Indústria

Eficiência Energética

Alargamento do acesso à energia

Mobilidade

Outro:





Relatório sobre os impactos do Covid-19